



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

## CONTRATO Nº 260/2023

O **MUNICÍPIO DE CANGUÇU**, RS, pessoa jurídica de direito público interno, **CNPJ Nº. 88.861.430/0001-49**, com prefeitura na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, nº 240, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Marcus Vinícius Muller Pegoraro, a seguir denominado simplesmente **CREDENCIANTE** e, de outro lado, a Profissional **TAIS PRESTES DA ROSA**, inscrita no **CPF sob o nº 017.781.800-00**, com consultório particular situado na Rua Silva Tavares, nº 464, Bairro Centro, na cidade de Canguçu – RS, doravante denominada simplesmente **CREDENCIADA**, têm justo e contratado, o que adiante segue, mediante as seguintes cláusulas e condições e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da **Chamada Pública nº 02/2023**.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

**Parágrafo Primeiro.** O objeto do presente contrato visa a Contratação de prestação de serviços de sessão de PSICOPEDAGOGIA, através de processo de chamamento público, para credenciamento conforme descrições e especificações que segue abaixo e no Termo de Referência (Anexo I) deste edital:

a) **PSICOPEDAGOGIA** – Para realização de um quantitativo físico de **até 250 (duzentos e cinquenta) sessões individuais mês de psicopedagogia**, com duração mínima de 50 (cinquenta) minutos/cada, sendo as mesmas divididas entre os profissionais habilitados, sendo que o CREDENCIANTE se propõe a pagar o valor máximo de **R\$ 35,00 (trinta e cinco reais)** por sessão realizada. As sessões serão realizadas pelo (s) CREDENCIADO (S) em local próprio e/ou ofertado pela Secretaria Municipal de Saúde, o que será definido pelo CREDENCIANTE, e este podendo ser alterado conforme a necessidade e interesse do CREDENCIANTE, devendo estas ser realizadas conforme agenda apresentada semanalmente pelo serviço responsável ao CREDENCIANTE. Os materiais e insumos necessários para a realização das atividades/sessões de psicopedagogias serão de responsabilidade do CREDENCIADO.

**Parágrafo Segundo:** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação e eventuais anexos;
- b) O Edital da Licitação.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

**Parágrafo Primeiro.** O preço total do fornecimento objeto do presente contrato é de **R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por sessão realizada**.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A CREDENCIADA deverá realizar o serviço, (objeto) contratado conforme solicitação da promitente contratante, nos termos prescritos no **Termo de Referência**, obedecendo-se ainda os seguintes preceitos:

**Parágrafo Primeiro.** Os serviços de psicopedagogia, de fonoaudiologia, triagem auditiva neonatal e educador físico, serão prestados pelo (s) CREDENCIADO (S) em local próprio e/ ou ofertado pela Secretaria Municipal de Saúde, e este será determinado pelo Gestor de Saúde local.

**Parágrafo Segundo.** É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO as despesas com pessoal e material para execução do respectivo serviço, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais decorrentes do serviço, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município.

**Parágrafo Terceiro.** Poderão participar do credenciamento, os profissionais e/ou Empresas legalmente estabelecidos ou a estabelecerem-se na cidade de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul e que comprovarem, por meio de documentação específica e atualizada, idoneidade para a prestação dos referidos serviços.

### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

**Parágrafo Primeiro.** O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado em até o 15º (décimo quinto) dia útil, considerando-se nesse caso, o mês subsequente à prestação do serviço. Para tanto o CREDENCIADO deverá apresentar os comprovantes de atendimento (Encaminhamento e/ou Ficha de Atendimento) ao Departamento Administrativo/Financeiro da Secretaria Municipal de Saúde, até o 2º



(segundo) dia útil ao mês supracitado. Juntamente, deverá constar uma relação com o nome do paciente, data do atendimento, descrição do procedimento e valor do procedimento.

**Parágrafo Segundo.** O pagamento será realizado através de transferência bancária, cuja titularidade da conta deverá ser do CREDENCIADO com CPF e/ou CNPJ idênticos aos utilizados no Termo de Credenciamento.

**Parágrafo Terceiro.** Os critérios, documentação, condições e prazos necessários para apresentação de faturas, contas referentes aos serviços prestados e glosas, bem como os prazos para liquidação das contas, estão estabelecidos no termo de credenciamento de prestação de serviços.

**Parágrafo Quarto. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - Para atender as despesas decorrentes do credenciamento dos serviços deste edital, serão utilizados recursos próprios em conformidade com a dotação orçamentária abaixo:

**Fonte de recurso:** P/A 2350.

**Dotação Orçamentária:** 339039991500 Serviços diversos outros e 339036990000 Outros Serviços.

**Ficha Orçamentária:** 2370 Pessoa Física.

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE E DA CREDENCIADA**

**Parágrafo Primeiro.** São obrigações do **MUNICÍPIO**:

- a) Fiscalizar de forma permanente os serviços prestados, que fica à cargo da Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços, documentos, relatórios que não estiverem compatíveis ou de acordo com as demandas e solicitações.
- c) Disponibilizar informações necessárias à realização dos serviços
- d) Exigir da credenciada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionados no edital;
- e) Efetuar o pagamento à credenciada de acordo com as condições de preço e prazos estabelecidos no contrato.
- f) Indicar formalmente o gestor e ou/ o fiscal para acompanhamento da execução contratual.
- g) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CREDENCIADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- h) Notificar a CREDENCIADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- i) Pagar à CREDENCIADA o valor resultante da prestação do serviço;
- j) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor do Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CREDENCIADA;
- l) Não poderá participar da seleção, sob pena de exclusão do certame, o profissional e/ou empresa que disponha de vínculo com a Prefeitura Municipal de Canguçu, além do presente;

**Parágrafo Segundo.** São obrigações da **CREDENCIADA**:

- a) Prestar os serviços conforme agenda pré estabelecida com o serviço de referência.
- b) Prestar os serviços na zona urbana do município;
- c) Todo material e insumo para desenvolvimento das atividades correrá por conta do profissional contratado;
- d) Responsabilizar-se sobre os serviços prestados e todas as atividades realizadas junto ao município sob pena de rescisão contratual e penalidades previstas em Lei; e) Respeitar a decisão do Gestor de Saúde do município, quando esse solicitar correções e ajustes em todo processo de trabalho;
- f) Participar de reunião de equipe do Serviços da Secretaria Municipal de Saúde, impreterivelmente, no mínimo uma vez ao mês, em data a ser estabelecida, sem que haja quaisquer custos adicionais;
- g) Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;
- h) Não possuir débitos em atraso junto ao Município de Canguçu.

## **CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.**

**Parágrafo primeiro.** A presente chamamento público deve ter vigência de 12 meses podendo ser prorrogado até 60 meses, a critério da administração, ficando fixado IPCA acumulado dos últimos 12 meses como índice de reajuste.



## **CLÁUSULA SÉTIMA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**Parágrafo primeiro.** As definições de como o credenciado deverá produzir os resultados pretendidos com a prestação do serviço está descrito no item 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO e item 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO DESTE Termo de Referência.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**Parágrafo primeiro.** Nos termos do art. 156 da Lei Nacional nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato ou pelo descumprimento de quaisquer obrigações assumidas perante a Administração, o credenciado, a quem será garantida prévia defesa, ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, garantindo-se contraditório e ampla defesa:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória entre [0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)] do valor do contrato celebrado;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- e) O procedimento, hipóteses de descumprimento e aplicação das sanções seguirá os preceitos estabelecidos na Lei n. 14.133/21.
- f) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- g) A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- h) O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o promitente contratado à multa de mora, no percentual de 10% da obrigação não cumprida.
- i) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no parágrafo primeiro. As sanções previstas nos itens a, c. e d poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item b, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei n. 14.133/21.
- j) Não serão consideradas sanções e/ou penalidades os valores descontados em função do não cumprimento dos bens ou de metas aprovadas.
- k) O termo de credenciamento poderá ser rescindido por ato formal e unilateral pela Administração, nos casos enumerados no art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021, observado o art. 138 da mesma norma, assegurado o contraditório e ampla defesa do contratado.
- l) No caso da rescisão prevista no item anterior, a Administração deverá comunicar o credenciado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias a formalização do descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam a este, quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.
- m) Também são causas de rescisão do termo de credenciamento a reincidência no descumprimento de quaisquer das condições elencadas no presente Edital e no respectivo termo, bem como a prática de atos que caracterizem má-fé em relação à Administração ou ao beneficiário, sem prejuízo das causas previstas na Lei 14.133/2021.

## **CLÁUSULA NONA: DO DESCREDENCIAMENTO**

**Parágrafo primeiro.** O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder no descredenciamento, em casos de má prestação, que deverá ser verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

**Parágrafo segundo.** O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que observando o prazo de antecedência de 30 dias, durante o qual deverá atender a eventual demanda existente.

**Parágrafo terceiro.** Não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização prévia e expressa da Administração.

**Parágrafo quarto.** Também são causas de rescisão do termo de credenciamento a reincidência no descumprimento de quaisquer das condições elencadas no presente Edital e no respectivo termo, bem como a prática de atos que caracterizem má-fé em relação à Administração ou ao beneficiário, sem prejuízo



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

das causas previstas na Lei 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA FISCALIZAÇÃO**

**Parágrafo Primeiro.** Fica responsável pela fiscalização deste contrato a servidora efetiva Josiane Pereira de Souza, cargo: Auxiliar Administrativo, matrícula: 500879.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Canguçu/RS, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em via de igual teor e forma.

**Canguçu, 17 de Novembro de 2023.**

**MARCUS VINÍCIUS MULLER PEGORARO**  
**CREDENCIANTE**

**TAIS PRESTES DA ROSA**  
**CREDENCIADA**



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C52F-0876-B175-5B73

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 21/11/2023 08:55:37 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO (CPF 008.XXX.XXX-40) em 21/11/2023 11:14:38  
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5  
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/C52F-0876-B175-5B73>